

OS EFEITOS INTERPESSOAIS DA EVIDENCIALIDADE REPORTATIVA NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

Izabel Larissa LUCENA-SILVA¹¹⁰

Resumo: Este trabalho tem por objetivo descrever e analisar a manifestação da evidencialidade reportativa no contexto de dez (10) artigos científicos publicados nas revistas Alfa e Delta, no segundo semestre do ano de 2010. Para tanto, adotamos os pressupostos teórico-metodológicos funcionalistas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). De modo geral, os resultados desta análise revelam que o discurso reportado no gênero artigo científico deve ser visto como uma estratégia textual-discursiva por meio da qual “um novo olhar” é lançado sobre as “vozes” apresentadas, as quais servem, na verdade, como um instrumento de construção de significados interpessoais e argumentativos.

Palavras-Chave: Evidencialidade Relatada. Gramática Funcional. Artigo Científico.

Abstract: *The aim of this work is describe and analyze the demonstration of reportative evidentiality in the context of 10 scientific papers published in the Alfa and Delta magazines, in the second semester of 2010. Therefore, we took the functionalist theoretical/methodological assumptions (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Generally, the results has shown that the reported speeches in the scientific article gender should be viewed as a textual-discursive strategy whereby a “new view” is launched over the presented “voices”, which serve, actually, as an instrument of construction of interpersonal and argumentative meaning.*

Keywords: *Reported Evidentiality. Functional Grammar. Scientific articles.*

¹¹⁰ Professora Adjunta do Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Redenção, Ceará, Brasil. Endereço eletrônico: izabel_larissa@unilab.edu.br

Introdução

A evidencialidade é definida como um domínio conceptual-funcional universal. Sua função básica é designar a fonte da informação ou modo pelo qual um conhecimento foi adquirido, comportando, também, graus de comprometimento do falante com a verdade da proposição, em razão da qualidade da fonte apresentada. Em língua portuguesa, manifesta-se, principalmente, por meio de itens lexicais ou em processo de gramaticalização, podendo ser classificada em três subtipos mais gerais: *evidencialidade direta* (relacionada às experiências sensoriais – visuais ou não-visuais – do falante na elaboração de um conhecimento), *menos direta* (relacionada às capacidades lógica e perceptual do falante na geração de um conhecimento - inferência) e *indireta* (relacionada ao discurso reportado) (WILLET, 1988; CASSEB-GALVÃO, 2001).

Ao designar uma informação como adquirida por meio de uma experiência sensorial, o falante coloca-se como fonte da informação, mostrando-se, portanto, como responsável pelo conteúdo apresentado na proposição. Quando caracteriza determinado evento como sendo uma inferência sua, elaborada por meio de evidências disponíveis no contexto ou por raciocínio lógico, o falante indica certo grau de dúvida com relação ao conteúdo apresentado. Ao construir, por sua vez, seu enunciado com base em uma informação reportada, indicando que obteve a informação por meio de um relato, o falante revela seu descomprometimento com o conteúdo reportado, posto que o conteúdo proposicional deve ser avaliado tendo em vista a qualidade da fonte expressa.

Para Gonçalves (2003), não se pode negar que

o conhecimento atestado diretamente seja para o falante motivação para um maior grau de certeza, ao passo que o conhecimento obtido por vias indiretas pode refletir algum grau de dúvida, embora esse processo passe sempre por instâncias decisórias de o falante deliberar a respeito de sua crença ou não (GONÇALVES, 2003, p. 90).

Todavia, apesar de construções de discurso reportado, do tipo *X disse que “...”* ou *Segundo Y “...”*, produzam um efeito de sentido de baixo comprometimento do falante com seu discurso, reportar a fala de alguém não significa total descomprometimento. Na verdade, o falante pode até ser bem fiel ao que o outro disse, mas isso não representa total imparcialidade de sua parte, uma vez que ele é quem decide como a informação será apresentada, constituindo-se, portanto, como “filtro natural do conhecimento reportado”.

No discurso acadêmico-científico, que tem como principal função a promoção de um ideal de objetividade e universalidade em relação aos conhecimentos que produz, o produtor do artigo científico faz uso de uma gama variada de itens evidenciais reportativos, com vistas a demonstrar certo descomprometimento no que diz respeito às informações que divulga, além de construir uma imagem de sujeito fidedigno às fontes do conhecimento apresentadas, quase sempre pesquisadores renomados em sua área (argumento de autoridade).

Essa estratégia do sujeito discursivo de incorporar à sua prática languageira “outras vozes”¹¹¹ produz significações distintas, conforme os subtipos de evidencialidade empregados. Assim, considerando os pressupostos da linguística funcionalista para a análise da linguagem, o presente estudo propõe uma investigação da evidencialidade reportada na construção da argumentação em artigos científicos de especialistas da área de Letras/Linguística (revistas Delta e Alfa). Visa a mostrar que as construções evidenciais relatadas constituem um contínuo tipológico que reflete, em maior ou menor grau, a interferência do sujeito discursivo do artigo científico no discurso por ele reportado. Nesse sentido, a evidencialidade reportada não constitui apenas um mecanismo linguístico responsável pela indicação de uma dada cultura disciplinar no artigo científico (em particular na seção de revisão bibliográfica), mas está, também, relacionada ao estabelecimento da autoridade intelectual do pesquisador desse gênero.

Para alcançar tal finalidade, este estudo adota como suporte teórico para a descrição e análise da manifestação da evidencialidade reportativa no gênero artigo científico o Paradigma Funcionalista, especificamente os pressupostos teórico-metodológicos do modelo da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Tendo em vista o pressuposto de que as expressões linguísticas refletem propriedades pragmáticas e semânticas originadas na cognição humana e na comunicação inter-humana (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2), acreditamos que as construções evidenciais relatadas presentes no gênero artigo científico sinalizam, por meio da natureza semântica do verbo *dicendi*, bem como por outros mecanismos formais e funcionais disponíveis em todo o contexto do discurso reportado, diferentes graus de integração, interferência do sujeito discursivo na fala relatada.

De modo geral, o presente artigo encontra-se subdividido em cinco seções. Na seção 1, apresentam-se, brevemente, os pressupostos teórico-metodológicos mais gerais relativos ao modelo da Gramática Discursivo-Funcional. Em seguida, discutem-se, na seção 2, os aspectos

111 O termo “voz” não diz respeito à emissão vocal da fala, mas à consciência falante que está presente nos enunciados. Tal consciência não é neutra, mas reflete percepções de mundo, juízos e valores (BAKHTIN, 1981, p. 46).

relativos à definição e à classificação do domínio evidencial em língua portuguesa. Nas seções 3 e 4, expõe-se, respectivamente, a metodologia (categorias investigadas) e a análise quantitativa e qualitativa dos dados encontrados no *corpus* analisado. Por fim, na seção 5, apresentam-se as conclusões do trabalho.

Os pressupostos da Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF)¹¹² se distingue de outras teorias funcionalistas por um conjunto de características essenciais. De modo geral, podemos dizer que a GDF: (i) tem uma organização *top-down* (descendente); (ii) toma o Ato Discursivo¹¹³ como unidade básica de análise; (iii) inclui as representações morfológicas e fonológicas como representações de propriedades pragmáticas e semânticas do Ato Discursivo; (iv) como é concebida como um Componente Gramatical de uma teoria de interação verbal, liga-se, sistematicamente, a um Componente Conceitual, a um Componente Contextual e a um Componente de Saída (de Expressão). A seguir, apresentamos cada um desses pressupostos.

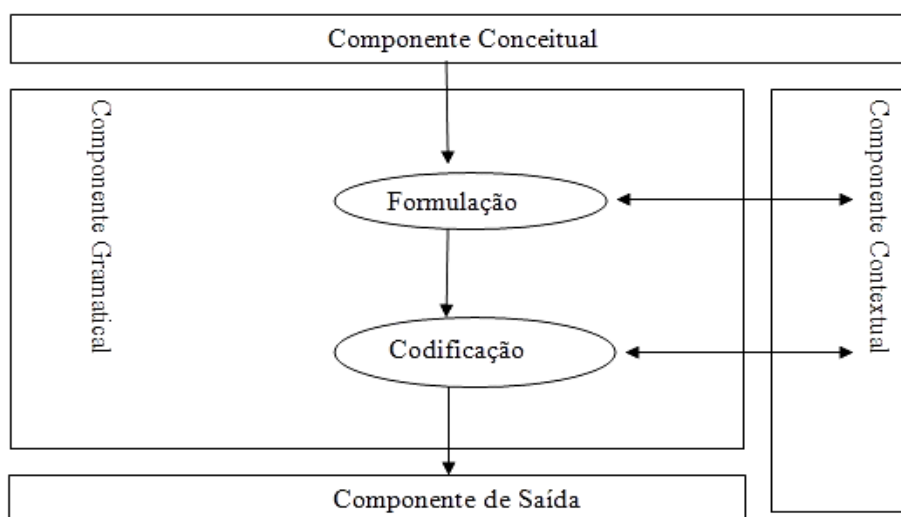
A GDF assume que a descrição linguística deve partir da intenção comunicativa do falante para a articulação da expressão linguística no Componente de Saída. Tal suposição é baseada na hipótese de que um modelo de gramática será mais eficiente quanto mais se aproximar do processamento da linguagem realizado pelos indivíduos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 02). Isso não significa dizer que a GDF é um modelo do falante, mas, na verdade, procura, apenas, em sua organização *top-down*, “espelhar” evidências psicolinguísticas em relação à produção da linguagem pelos indivíduos, já que pesquisas mostram que a produção linguística é um processo *top-down* que se inicia com a intenção comunicativa do falante e termina com a articulação da expressão linguística (LEVELT, 1989, p. 9). Ressaltamos, ainda, que os autores esclarecem que a GDF não é uma gramática do discurso; muito menos um modelo de descrição da organização do discurso, mas é, em sua essência, um modelo de gramática que procura compreender como as intenções comunicativas e as conceptualizações cognitivas interferem na codificação da expressão linguística.

¹¹² A GDF é um modelo de gramática que utiliza um padrão específico de formalização de suas categorias de análise. Por essa razão, o leitor não deve estranhar a utilização de inicial maiúscula em alguns termos utilizados nesta seção.

¹¹³ A GDF estabelece o Ato Discursivo como unidade básica para a descrição linguística, visando a uma expansão do modelo - de uma gramática da frase para uma gramática orientada para o discurso. Os autores o definem como uma unidade mínima de comportamento comunicativo.

Na figura 1, a seguir, podemos visualizar como o modelo *top-down* da GDF insere o Componente Gramatical em uma teoria mais ampla de interação verbal, relacionando esse componente aos componentes não gramaticais. Nessa perspectiva, duas operações têm de ser distinguidas na organização *top-down* dos enunciados: a operação de *Formulação* e a de *Codificação*. Tais operações interagem entre si e com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída:

Figura 1: A GDF como parte de uma teoria de interação verbal



Fonte: Traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 06).

Como podemos observar na Figura 1, é por meio das operações de Formulação e de Codificação que ocorre a interação entre o Componente Gramatical e os Componentes Conceitual (cognitivo), Contextual (comunicativo) e de Saída (*output*). A operação de Formulação está relacionada às configurações semânticas e pragmáticas relevantes nas línguas, e a operação de Codificação relaciona-se à forma morfossintática e fonológica que as configurações semânticas e pragmáticas realizam nas línguas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 12).

O Componente Conceitual representa o conhecimento prévio do falante, tal como sua competência comunicativa, seu conhecimento de mundo e sua competência linguística. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 06), é responsável tanto pelo desenvolvimento da intenção comunicativa do falante como pelas conceptualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. Para esses autores, o Componente Conceitual não inclui cada aspecto da cognição humana, mas apenas aqueles que afetam a intenção comunicativa imediata do falante. É, segundo os autores, a “força motriz” por trás do Componente Gramatical, que,

como já dissemos, é motivado, condicionado pela intenção comunicativa do falante. A ligação entre o Componente Conceitual e o Gramatical é feita por meio da operação de Formulação, responsável por traduzir configurações conceituais em distinções semânticas e pragmáticas relevantes em uma língua. De acordo com os autores, tal distinção varia de uma língua para outra.

O Componente Contextual relaciona-se ao contexto comunicativo no qual o falante desenvolve sua expressão linguística. Diz respeito não apenas às informações deriváveis do discurso precedente (informação de curto prazo), mas também às informações socioculturais relevantes do contexto de interação verbal (informação de longo prazo) que afetam a expressão linguística. Em outros termos, podemos dizer que tal componente armazena dois tipos de informações: informações linguísticas necessárias para o desenvolvimento dos enunciados e informações não linguísticas sobre a situação comunicativa que condicionam as escolhas de determinados mecanismos linguísticos.

No que diz respeito ao Componente de Saída, este é responsável por converter a informação fonológica em sinais acústicos, gráficos ou visuais.

Com relação ao Componente Gramatical, distinguem-se os níveis *Interpessoal* (Pragmático), *Representacional* (Semântico), *Morfossintático* e *Fonológico*¹¹⁴, nesta ordem hierárquica. Em razão dessa organização hierárquica do Componente Gramatical, a geração de estruturas subjacentes e, particularmente, as interfaces entre os vários níveis de análise, pode ser descrita em correlação com as decisões comunicativas que um falante toma quando constrói um enunciado. Embora a GDF estabeleça uma separação entre os níveis, isso não significa dizer que eles sejam autônomos; ao contrário, regras de mapeamento ligam o Nível Interpessoal ao Representacional nos casos em que um conteúdo semântico é necessário para transmitir uma intenção comunicativa. Nos casos em que só um conteúdo pragmático tem de ser transmitido, regras de expressão ligam diretamente o Nível Interpessoal ao Morfossintático.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 31), a GDF capta as estruturas das unidades linguísticas em termos do mundo que elas descrevem (*função representacional*) e das intenções comunicativas com as quais elas são produzidas (*função interpessoal*). Ao organizar a gramática dessa forma, a GDF postula que a Pragmática governa a Semântica; a Pragmática e

¹¹⁴ Como estamos trabalhando com um gênero da modalidade escrita da língua, esclarecemos que não realizamos a descrição da evidencialidade, neste trabalho, no nível fonológico.

a Semântica governam a Morfossintaxe; e a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe governam a Fonologia.

No item adiante, discutimos a definição de evidencialidade, suas características e seus aspectos tipológicos.

O domínio evidencial

A evidencialidade, do ponto de vista cognitivo-semântico, pode ser concebida como uma noção básica, inerente às línguas naturais (CASSEB-GALVÃO, 2001, p. 70-73). Isso significa dizer que todas as línguas apresentam formas de manifestação ou referência à fonte da informação (LAZARD, 2001, p. 360). Tendo em vista essa concepção que coloca a evidencialidade como um domínio conceptual-funcional universal, consideramos que as unidades evidenciais comportam tanto a fonte do conhecimento ou o modo de obtenção de uma informação, como o grau de comprometimento do falante em relação à verdade da proposição.

No que diz respeito à sua codificação, a evidencialidade pode manifestar-se por meio de itens lexicais, gramaticais ou em processo de gramaticalização. Há línguas em que a evidencialidade apresenta manifestação gramatical (afixos, clíticos ou elementos sintáticos livres). Em sistemas evidenciais dessa natureza, a marca evidencial é obrigatória, e sua ausência torna o enunciado agramatical. Em língua portuguesa, por outro lado, a evidencialidade manifesta-se, principalmente, por meio lexical, e seu uso está relacionado a propósitos comunicativos. Desse modo, na ausência da marca, podemos entender que o próprio falante é a fonte da informação (enunciado não marcado). Quando a marca evidencial está presente, esta pode indicar diferentes efeitos de comprometimento (enunciado marcado).

No que diz respeito à sua classificação, a evidencialidade tem sido subcategorizada segundo o tipo de fonte e a natureza da experiência evidencial, planos que, na realidade, se combinam no uso efetivo da linguagem. Nesse sentido, o falante pode apresentar-se como fonte da informação (*self*) ou apresentar outra pessoa diferente dele (*other*) (FRAWLEY, 1992, *apud* SQUARTINI, 2008, p. 931) e, ao mesmo tempo, de acordo com a natureza lexical do item evidencial, indicar de que modo obteve a informação descrita na interação.

Tendo em conta, portanto, essa concepção que procura conjugar o tipo de fonte e a natureza da experiência evidencial, podemos classificar a evidencialidade em três subtipos principais, a saber: evidencialidade experiencial, inferencial e relatada. Se o falante se apresenta como a fonte da informação, ele pode indicar que obteve o conhecimento representado na

interação, pelo menos, de dois modos: por meio de uma experiência sensorial ou de uma inferência. Na evidencialidade experiencial, o falante é a fonte e obteve a informação por meio de uma experiência relacionada aos sentidos (visual ou não-visual). Na inferencial, o falante é a fonte e derivou a informação por meio de evidências contextuais ou raciocínio lógico. Por outro lado, se o falante não se apresenta como a fonte da informação, ele pode indicar que a informação foi obtida por meio de um relato. A evidencialidade relatada pode, ainda, ser classificada em duas subcategorias, de acordo com o tipo de fonte exposto: relatada de fonte definida e relatada de fonte indefinida (boato) (WILLET, 1988; CASSEB-GALVÃO, 2001; LUCENA, 2008; CARIOCA, 2009).

Vale ressaltar também uma quarta categoria evidencial por meio da qual o falante transmite um conhecimento amplamente compartilhado, que faz parte do domínio comum. A evidencialidade de domínio comum não pode ser considerada uma subcategoria da evidencialidade relatada, uma vez que uma informação dessa natureza pode chegar ao falante por outros meios, que não sejam relatos. Embora apresente a informação como compartilhada pelos interactantes, a fonte de domínio comum pode ser considerada como interna ao falante, pois este integra a coletividade conhecedora da informação.

Sob a perspectiva da GDF, a evidencialidade é analisada em relação às funções *representacionais* (em termos do mundo que descreve) e/ou *interpessoais* (em termos das intenções comunicativas do falante). O modelo da GDF distingue o domínio conceptual-funcional da evidencialidade em dois subsistemas: o *sistema reportativo* e o *sistema evidencial “propriamente dito”*. Esse modelo procura dar conta de fenômenos lexicais e/ou gramaticais, distinguindo, basicamente, quatro tipos de marcas evidenciais: a *Reportativa*, a *Inferida*, a *Genericidade* e a *Percepção de Evento*.

No nível interpessoal, atuam os marcadores reportativos, que servem para indicar que o falante está retransmitindo um conteúdo comunicado por outro falante dentro de seu próprio ato discursivo. No nível representacional, a evidencialidade ocorre nas camadas da proposição e do estado-de-coisas. Na camada da proposição, a evidencialidade especifica a maneira pela qual o falante teve acesso à informação contida no conteúdo proposicional (com base em uma inferência ou conhecimento acumulado na comunidade - “genericidade”). Na camada do estado-de-coisas, a evidencialidade corresponde a uma percepção sensorial (visual ou não-visual) do falante em relação a um evento.

Além de ter a função básica de manifestar a fonte da informação, Nuyts (1992, 1993, 2001) afirma que a evidencialidade relaciona-se ao caráter “performativo” da linguagem, ou

seja, o falante, ao utilizar uma expressão evidencial, assim o faz porque deseja realizar certo “ato comunicativo”. Dessa forma, esse domínio está diretamente relacionado ao grau de envolvimento/comprometimento do enunciador com o conteúdo expresso na proposição. As expressões evidenciais fornecem ao interlocutor/leitor “pistas” para que ele interprete o enunciado, sendo essa interpretação realizada com base em uma escala de comprometimento.

Thompson (1996, p. 59-63), a partir dos estudos realizados por Halliday (1994) para os operadores modais, afirma que é possível indicar valores para o comprometimento (alto, médio e baixo). Tais estratégias de comprometimento revelam graus de aproximação ou distanciamento do sujeito enunciador em relação ao que informa nos enunciados que produz. Sendo assim, se o falante se apresenta como fonte da informação e, ao mesmo tempo, demonstra que obteve essa informação por meio de uma experiência, é possível entender que seu grau de comprometimento é alto. Se, por sua vez, o falante coloca-se como fonte da informação, tendo elaborado esse conhecimento por meio de uma inferência ou, ainda, afirma integrar uma comunidade conhecedora de tal conhecimento, podemos interpretar seu grau de comprometimento como médio. Por outro lado, se o falante afirma que a informação lhe foi fornecida por meio de um relato de 2ª mão (o sujeito discursivo demonstra que obteve a informação de uma fonte – testemunha – direta) ou 3ª mão (o sujeito discursivo mostra que obteve a informação de uma fonte não recuperável – boato), presumimos que seu grau de comprometimento é baixo.

Embora os itens evidenciais reportativos estejam relacionados ao baixo comprometimento, tal efeito não constitui uma escala absoluta, uma vez que o sujeito discursivo tem total liberdade no manejo da fala reportada, podendo utilizar recursos formais e funcionais para marcar, em maior ou menor grau, seu envolvimento com o discurso citado. Em outras palavras, este estudo parte da hipótese de que o sujeito enunciador não assume apenas a função de indicador da fala reportada, mas reconstrói a fala do outro, promovendo enquadres¹¹⁵ linguísticos que demonstram sua interferência no conteúdo reportado.

No item a seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos para a constituição do *corpus* e delimitação das categorias de análise.

Metodologia: constituição do *corpus* e delimitação das categorias de análise

¹¹⁵ Com base em Fillmore (1982, 1985), entende-se enquadrado como semântica de expressões linguísticas.

Para a delimitação e organização de nosso *corpus* de análise, utilizamos 10 artigos científicos publicados nas revistas Alfa e Delta, no segundo semestre do ano de 2010. Primeiramente, fizemos uma leitura atenta das amostras textuais, com o objetivo de identificar as unidades evidenciais relatadas (130 ocorrências no total). Para a análise quantitativa dos dados, utilizamos o *Programa Excel* (versão *Windows Starter* 2010). Tal procedimento nos permitiu verificar o percentual em relação às variáveis investigadas e o contexto de produção do artigo científico. A seguir, apresentamos os parâmetros considerados na análise, acompanhados de exemplos retirados do *corpus*:

a) *Classe lexical do sintagma correspondente ao item evidencial relatado*: na GDF, o *Sintagma* (Xp) se caracteriza por ter um núcleo (item lexical) que é transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional ao Nível Morfossintático. Entre os tipos de *Sintagmas*, destacam-se, na expressão da evidencialidade reportativa, os seguintes itens: *Sintagma Verbal* (Vp), *Sintagma Nominal* (Np), *Sintagma Adjetival* (Ap) e *Sintagma Adposicional* (Adp)¹¹⁶. A seguir, apresentamos um exemplo de cada classe lexical (verbo, preposição, substantivo e adjetivo, respectivamente):

(01): Os críticos conexionistas – Elman (2005), Elman et al (1998) e Karmiloff- Smith (1998) – *alegam que* as concepções modulares se baseiam em resultados afasiológicos de adultos e não levam em conta o desenvolvimento (ALFA0229)¹¹⁷.

(02): *Para* Coseriu, o que a gramática funcional se propõe é estabelecer os significados gramaticais que uma língua distingue bem como as oposições que estabelece entre esses significados, remetendo para um segundo plano os tipos de emprego desses mesmos significados (DELTA04118).

(03): Essa dinâmica “invariante” representa, nas *palavras* de De Vogüé (2006a, p.313), “a forma definidora da variação; é o que se mantém no decorrer da variação” (ALFA0354)¹¹⁸.

¹¹⁶ Pesquisas (LUCENA, 2008; CARIOCA, 2005, 2009) demonstram que a evidencialidade relatada pode manifestar-se não apenas por meio de verbos *dicendi*, mas também por construções lexicais preposicionais (preposições essenciais, acidentais, locuções prepositivas), nominais (substantivos abstratos resultantes de nominalizações de verbos) e adjetivais (adjetivos derivados de verbos, terminados em *-do*, *-to* e *-nte* e suas variantes).

¹¹⁷ As siglas após as ocorrências devem ser compreendidas da seguinte maneira: revista (Alfa ou Delta) + número do artigo no *corpus* (01, 02, 03, 04 ou 05) + número da ocorrência na totalidade do *corpus* (01, 02 etc.).

¹¹⁸ Embora construções como “Na opinião de”, “A colocação de”, “Do ponto de vista de” sejam classificadas, tradicionalmente, como locuções prepositivas, optamos por considerá-las como meios de manifestação substantiva da evidencialidade relatada. Tal opção se justifica porque tais expressões apresentam sentidos mais transparentes, diferentemente do que podemos verificar em construções como “De acordo com”, cujo nível de gramaticalização é mais avançado (CARIOCA, 2009).

(04): Ora, os estudos *mencionados* por Elman et al (1998) que Jackendoff (2003) rebate negam a possibilidade de existência de representações inatas no córtex cerebral, mas as admitem no mesencéfalo, desde que limitadas a estímulos muito simples (ALFA0239).

b) *Tipo de discurso enquadrando a fala reportada*: o conteúdo reportado e introduzido pelo item evidencial relatado pode apresentar-se na forma de discurso direto ou indireto. No discurso direto, a fala do sujeito reportado é destacada no texto por meio de aspas ou itálico, por exemplo. No discurso indireto, forma mais implícita de citação, temos a “reformulação” livre da fala do sujeito reportado. Em ambos os casos, podemos ter o uso de um verbo *dicendi* introduzindo a fala reportada. Tal classe semântica de verbos encaixa complementos oracionais que designam um ato de fala (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Essas cláusulas encaixadas em verbo *dicendi* podem, por sua vez, aparecer sob duas formas: o discurso direto (DD) e o discurso indireto (DI), tal como é possível verificar, respectivamente, nos exemplos (05) e (06) a seguir:

(05): “A alteridade é de fundação”, *diz* justamente Culioli (1990) numa de suas máximas mais conhecidas (ALFA0248).

(06): Como um exemplo de que os ciclos não se sobrepõem, Eckert (2005) *afirma que* a primeira via etnográfica, quantitativamente orientada da variação, aberta por Labov no estudo realizado na ilha Martha’s Vineyard, foi depois trilhada por outras pesquisas realizadas na Europa (DELTA03105).

c) *Verbo dicendi semanticamente marcado ou não marcado*¹¹⁹: embora considere o uso de uma expressão evidencial relatada na forma de verbo *dicendi* como já sendo uma maneira de o sujeito discursivo enquadrar a fala do sujeito reportado - já que o enunciador sempre se apresenta como “filtro das informações reportadas”, é possível reconhecer dois subtipos de verbos *dicendi* e, portanto, de enquadramento da fala reportada: i) os casos em que o verbo *dicendi* é marcado semanticamente, favorecendo uma maior interferência (avaliação) do sujeito discursivo na fala reportada (como “criticar”, “sugerir”, “confrontar”); ii) os casos em que o verbo *dicendi* é não marcado axiologicamente, favorecendo, por sua vez, uma maior “isenção” ou “descomprometimento” do sujeito discursivo na fala reportada (como “dizer”, “afirmar”). Vejamos os exemplos (07) e (08) a seguir que demonstram, respectivamente, o uso de um verbo *dicendi* não marcado e de um marcado semanticamente:

(07): Ver, a esse respeito, *a belíssima análise*, em língua francesa, de “*filer*” e “*fil*”, desenvolvida por Camus e De Vogüé (2004, p.136), em que a autora *afirma* serem ambos “[...]”

¹¹⁹ Ressaltamos que não utilizamos “marcado” e “não marcado” no sentido givoniano dos termos, mas como categorias relacionadas ao valor axiológico do verbo.

fondamentalement identiques dans leur fonctionnement sémantique, ne différant pour l'essentiel que par leur statut dans l'économie générale de l'énoncé"(ALFA0358).

(08): Faraco (2006) *atenta* para o modo como o termo *diálogo* deve ser entendido nas teorias do Círculo, pois, muitas vezes, vê-se diálogo como sinônimo de consenso (ALFA0581).

d) *Presença de “marcador subjetivo”*¹²⁰ *enquadrando a fala reportada*: em nosso *corpus*, encontramos casos em que o conteúdo reportado é pré-enquadrado pelo sujeito discursivo, que indica, por meio de uma construção linguística, algum tipo de avaliação ou posicionamento em relação ao conteúdo por ele reportado, como podemos ver no exemplo (09) a seguir:

(09): *Concordo com McCarthy e Carter (1994) quando afirmam que ensinar línguas é ensinar alguém a ser um analista do discurso, portanto creio que as discussões em sala de aula devem focar as práticas languageiras nas ações específicas do grupo social relevante* (Motta-Roth, 2006a: 510) (DELTA0184).

A seguir, discutimos os resultados encontrados, tendo em vista as categorias apresentadas nesta seção.

Resultados e análise dos dados

Tendo em vista os parâmetros definidos na seção anterior, a seguir, apresentamos os resultados referentes aos casos de evidencialidade relatada no artigo científico. Inicialmente, discutimos os dados relacionados às preferências dos produtores textuais no que diz respeito à manifestação da evidencialidade nesse gênero textual.

Como é possível verificar no quadro 01, a seguir, as marcas lexicais mais frequentes no artigo científico são a preposição, com 56% de ocorrência, e o verbo, com 40%. As marcas nominais, como o substantivo e o adjetivo, ocorrem raramente em nosso *corpus*, respectivamente 3% e 1%. Essa frequência majoritária de itens preposicionais e verbais (verbos *dicendi*) – 96% do total de ocorrências do *corpus* – mostra certa especialização dessas classes lexicais na expressão da evidencialidade relatada, corroborando outras análises feitas em contextos acadêmicos, tais como Carioca (2005, 2009).

	Preposição	Verbo	Substantivo	Adjetivo	Total
Ocorrências	73	52	4	1	130

¹²⁰ Chamamos “marcador subjetivo” qualquer construção linguística que sinalize a presença do sujeito discursivo no texto. Assim, tal expressão deve ser tomada em sentido amplo, podendo ser, do ponto de vista linguístico, um item ou construção, ou, até mesmo, um enunciado completo.

Percentual	56%	40%	3%	1%	100%
------------	-----	-----	----	----	------

Quadro 01: Frequência – Classe Lexical

Vale, ainda, ressaltar que essa maior recorrência de itens preposicionais e verbais no artigo científico evidencia, também, a observância dos produtores textuais desse gênero às orientações de manuais de redação científica no que se refere às formas linguísticas de citação direta ou indireta. Isso constitui um bom exemplo de como a atividade acadêmico-científica se manifesta sob certas condições que dão legitimidade ao fazer científico. Assim, podemos dizer que as escolhas realizadas no plano linguístico estão sujeitas a condicionamentos cognitivos e sociais, decorrentes do contexto de produção linguística. A seguir, apresentamos algumas ocorrências que exemplificam, respectivamente, a manifestação da evidencialidade relatada por meio de itens preposicionais (10 e 11) e verbais (12 e 13):

(10): *Segundo* Fridman (2000), as vertigens trazidas por essas rápidas transformações resultam em esforços de se tentar compreender o mundo atual (ALFA0115).

(11): *De acordo com* Bronckart (1992), a vertente cognitivista não considera o *status* histórico da linguagem, sua natureza interacional e seu uso social (ALFA0466).

(12): Assim *diz* o prefácio do livro: “Muitos desses problemas residuais são tematizados, apontando-se assim várias direções possíveis de um aprofundamento necessário” (DELTA04121).

(13): Foley (2005: 385) *define* o mapeamento como o modo de alinhar argumentos lexicalmente especificados de um predicado com suas manifestações estruturais, formais (DELTA05126).

As marcas de evidencialidade relatada preposicionais são expressas não apenas por meio de preposições essenciais (exemplo 02 da seção de metodologia), mas também por meio de preposições acidentais, as quais recebem essa denominação por serem provenientes de outras classes gramaticais, tal como é exemplificado em (10). As locuções prepositivas também ocorrem com frequência na função de marcador de evidencialidade relatada, como podemos ver na ocorrência (11). Vale dizer que tais marcas preposicionais, por pertencerem ao paradigma das “palavras relacionais” (classes fechadas), colocam-se antes da fonte da informação, a qual é seguida pelo conteúdo reportado.

As ocorrências (12) e (13), por sua vez, exemplificam a evidencialidade relatada expressa pela classe do verbo. Sendo o verbo uma categoria central de manifestação das mais variadas significações do universo conceptual humano (CHAFE, 1979), a expressão da evidencialidade por meio dessa classe constitui um recurso formal bastante produtivo nas

línguas cujo sistema de manifestação da evidencialidade é essencialmente lexical, prestando-se, na verdade, aos mais variados subtipos de evidencialidade, e não apenas ao subtipo relatado.

No que diz respeito à evidencialidade relatada no *corpus* analisado, é importante frisar que o verbo *dicendi*, introdutor de atos de fala, está sempre relacionado a uma fonte externa definida, ou seja, o conteúdo reportado é sempre identificado como pertencente a uma fonte de informação específica. Isso ocorre em virtude do próprio contexto de manifestação da evidencialidade: o artigo científico. Sabemos que o discurso acadêmico-científico deve primar por certas “qualidades”, tais como: ser informativo e fidedigno às fontes citadas. Sendo assim, é de se esperar que as informações apresentadas em contextos citativos estejam sempre identificadas por suas respectivas fontes. As ocorrências (12) e (13) exemplificam isso, seja por meio de uma expressão linguística que retoma metonimicamente a fonte da informação (como em 12), seja pelo uso do sobrenome do sujeito reportado (como em 13).

A seguir, apresentamos os dados referentes ao tipo de discurso (discurso direto ou discurso indireto) predominante no *corpus* analisado.

Como podemos ver no quadro 02 a seguir, o discurso indireto predomina no gênero artigo científico (pelo menos em relação à nossa amostra textual), ocorrendo em 78% dos casos. A forma direta do discurso reportado ocorre, por sua vez, em apenas 18% das ocorrências.

	Discurso Direto	Discurso Indireto	Total
Ocorrências	24	102	130
Percentual	18%	78%	100%

Quadro 02: Frequência – Tipo de Discurso

O sujeito discursivo, ao trazer para sua fala a voz do outro, integra conceptualmente o que, na sua percepção, com base em propósitos comunicativos específicos, é mais importante ou necessário à interação com seu interlocutor. A escolha por um ou outro tipo de discurso indica a perspectiva que o sujeito discursivo prefere adotar ao reportar a voz de outro em sua fala, influenciando a maneira como essa informação reportada será interpretada pelo interlocutor. Assim, além de comunicar uma informação de outra pessoa, o sujeito discursivo, exercendo sua subjetividade, sinaliza seu ponto de vista acerca da fala que traz para seu discurso.

Tendo em vista isso, podemos compreender a maior frequência do discurso indiretamente reportado no contexto de artigos científicos da área de Letras/Linguística como um indicativo de que os produtores desse gênero preferem “parafrapear” as informações reportadas, enquadrando-as segundo a interpretação que fazem delas.

A seguir, apresentamos as ocorrências (14), (15) e (16) que exemplificam graus diferentes de integração do conteúdo comunicado do sujeito reportado ao ato discurso do sujeito enunciador:

(14): *Segundo* Erickson (1997, p.5), “[...] os gêneros evoluem com o tempo por meio de interações recíprocas entre práticas” (ALFA0119).

(15): Se a capacidade crítica consiste na “percepção das relações entre o texto e o contexto”, *conforme* escreve Paulo Freire (1992/2000: 11), então abordagens sociológicas da linguagem, como as de Bakhtin e Fairclough, são críticas porque, em princípio, pressupõem um exame do momento histórico e da organização econômica da sociedade para a análise do texto (cf.: Bakhtin, 1929/1995) (DELTA0189).

(16): Já García (1981) *entende que* a virada [variacionista] representou uma retirada estratégica de várias frentes de batalha, antes conquistadas com o sacrifício do componente social (DELTA03108).

Na ocorrência (14), o conteúdo reportado pelo sujeito discursivo é apresentado na forma de discurso direto. Ao reportar diretamente as palavras de outro, o sujeito discursivo preserva sua face, demonstrando um menor comprometimento com a informação reportada. Tal estratégia indica um menor grau de integração entre o conteúdo comunicado do sujeito reportado e o ato discursivo do sujeito produtor do artigo científico. Em (15), por outro lado, percebemos que o grau de integração entre as falas do sujeito reportado e do sujeito enunciador é maior do que em (14), uma vez que o conteúdo reportado diretamente foi enquadrado pelo sujeito discurso como dado fundamental de seu argumento. Por fim, em (16), temos um exemplo de discurso indiretamente reportado, funcionando como argumento do predicado evidencial “entender”. Nessa ocorrência, é possível afirmar que o conteúdo reportado é apresentado de acordo com a interpretação que o sujeito enunciador fez das palavras do sujeito reportado. A opção por uma construção no formato indireto constrói um espaço no qual a informação reportada deve ser interpretada, uma vez que a fala do sujeito reportado é influenciada pela percepção, pelo conhecimento de mundo e pelos objetivos comunicativos do produtor do texto. Vale ressaltar, no entanto, que o que determina o grau de integração entre o conteúdo comunicado do sujeito reportado e o ato discursivo do sujeito enunciador não é, necessariamente, a escolha do tipo de discurso (direto ou indireto), mas o enquadre dado pelo enunciador à fala reportada, através de recursos linguísticos, como o que se verifica em (15), em que se percebe a integração da fala do sujeito reportado e do enunciador por meio da construção hipotético-conclusiva “Se ..., então ...”.

A seguir, apresentamos a frequência relativa aos tipos de verbo *dicendi* (marcado, não marcado), estratégia linguística importante na manifestação da subjetividade do produtor textual na fala reportada.

No quadro 03 adiante, é possível ver que, no *corpus*, predomina o uso de verbos *dicendi* de natureza marcada (67%). Ao incorporar em sua fala a voz de outro a partir de um verbo *dicendi*, podemos dizer que o sujeito discursivo encontra uma forma de manifestar sua subjetividade: escolher um verbo *dicendi* mais “neutro” ou mais marcado semanticamente. Assim, dependendo da escolha lexical do verbo *dicendi*, o sujeito discursivo pode ultrapassar “os limites do dizer”, denotando sua avaliação em relação ao conteúdo reportado, ou seja, sua visão de mundo enquanto sujeito inscrito no discurso.

	Marcado	Não marcado	Total
Ocorrências	35	17	52
Percentual	67%	33%	100%

Quadro 03: Frequência – Tipo de Verbo *Dicendi*

A seguir, apresentamos as ocorrências (17) e (18) que exemplificam, respectivamente, o uso de um verbo *dicendi* não marcado e de um marcado semanticamente:

(17): A seguir Dillinger (1991) discute os dois textos, *afirmando que* formalismo e funcionalismo não podem ser vistos como alternativas, já que estudam o mesmo objeto de maneiras diferentes, sendo, portanto, complementares (DELTA04124).

(18): Elman et al (1998) *criticam* sobretudo o que chamam de ilusão preformacionista, segundo a qual o genoma especifica, explicitamente, os traços de comportamento ou os conhecimentos dos organismos (ALFA0246).

Na ocorrência (17), o sujeito discursivo introduz a voz do outro por meio do verbo “afirmar”; em (18), o verbo utilizado é “criticar”. Sabemos que as escolhas lexicais denotam o ponto de vista do sujeito discursivo. Nesse sentido, a palavra toma uma dimensão que ultrapassa a mera função informativa, revestindo-se de uma função mais subjetiva ou, nos temos de Wittgenstein (1978), de uma *forma de ação*. Assim, em (18), além de comunicar uma informação, o sujeito discursivo integra sua interpretação ao conteúdo reportado, avaliando esse conteúdo segundo seu ponto de vista. Essa avaliação é expressa pela escolha do verbo “criticar”.

No quadro 04 a seguir, apresentamos os dados relacionados à presença de “marcador subjetivo” no enquadre da fala reportada.

Como é possível verificar, em 17% das ocorrências coletadas, há a presença de um “marcador subjetivo” enquadrando a fala reportada contra 83% de ocorrências que não

apresentam o uso de expressões linguísticas que denotem explicitamente a presença do sujeito discursivo na fala reportada. Tal diferença de percentual sinaliza o aparente compromisso dos produtores textuais de artigos científicos com a fonte da informação, a qual funciona como elemento de influência e persuasão no texto. Embora em menor quantidade, os enunciados com expressões subjetivas explícitas revelam a atitude do escritor com relação ao conteúdo reportado. Vale, ainda, ressaltar que a escolha de tais práticas discursivas depende, como esclarece Araújo (2006, p. 457), das relações entre os participantes e do posicionamento do escritor, que é influenciado pelas práticas sociais de sua área disciplinar e pela comunidade discursiva que reconhece e legitima tais usos por seus pares.

	Com Marca	Sem Marca	Total
Ocorrências	22	108	130
Percentual	17%	83%	100%

Quadro 04: Frequência – Presença de “Marcador Subjetivo” enquadrando a Fala Reportada

As ocorrências (19), (20) e (21), a seguir, demonstram enunciados em que se tem a presença de um “marcador subjetivo” enquadrando a fala reportada:

(19): Em meio a este mundo globalizado e contingente, *percebemos que as ações globais são cada vez mais afetadas pelas ações locais e o local, por sua vez, cada vez mais globalizado*, ou, *segundo Kumaravadivelu (2006, p.134), “o global está localizado e o local está globalizado”* (ALFA0112).

(20): *Na primeira obra culioliana que li, dois outros linguistas, que me são extremamente caros, confessavam: “uma vez vencidos os primeiros obstáculos, esperamos que o leitor compartilhe plenamente do prazer que sentimos em desemboscar os fenômenos, em entrever a possibilidade de buscar uma organização numa complexidade a priori tão desconcertante.”* (FRANCKEL; LEBAUD, 1990, p.16) (ALFA0357).

(21): Seguiu-se então um movimento significativo da variável sociolinguística para a simples variável linguística, conforme se observa em Weiner e Labov (1983), que *sugerem claramente* que a variação sintática pode não ser motivada de fato nem por fatores sociais nem por fatores funcionais e aproxima a sociolinguística variacionista do estruturalismo autônomo (DELTA03109).

Em (19), o sujeito discursivo utiliza-se da fala reportada para dar “sustentação” ao seu argumento: uma constatação relacionada ao mundo globalizado. Assim, a manifestação subjetiva do sujeito discursivo é “legitimada” pelo uso da informação reportada, que é apresentada como um argumento de autoridade. Na ocorrência (20), temos outro tipo de expressão subjetiva. O sujeito discursivo, além de optar por um verbo *dicendi* semanticamente marcado (“confessar”), revela sua subjetividade ao declarar (em primeira pessoa – “me”) sua

estima pelos sujeitos reportados em sua fala. Ao optar por esse tipo de construção, o sujeito discursivo estabelece uma maior interação no texto. Finalmente, em (21), a marca de subjetividade é representada por um advérbio modalizador que indica o grau de certeza do sujeito discursivo em relação ao conteúdo reportado. Como é possível perceber, essas marcas de subjetividade, em oposição ao discurso científico dominante, que se caracteriza como objetivo, impessoal e distante, revelam um sujeito discursivo capaz de demonstrar sua habilidade de avaliar, interpretar, fazer inferências e justificar sua pesquisa.

Considerações finais

A análise empreendida neste trabalho nos permitiu demonstrar que os produtores textuais de artigos científicos da área de Letras/Linguística optam por representar a apropriação de outras vozes em seu próprio discurso por meio de marcadores evidenciais reportativos verbais e preposicionais. Observamos, em nossa amostra textual, a predominância de verbos evidenciais reportativos semanticamente marcados enquadrando o conteúdo indiretamente reportado. Tal estratégia revela não apenas o comprometimento do produtor do artigo científico com a fidedignidade das fontes reportadas, mas seu engajamento no que diz respeito à construção de sua autoridade enquanto intelectual que interpreta, analisa, discute, critica os conteúdos integrados ao seu ato discursivo em prol de seu projeto argumentativo.

De fato, ao reportar a voz de outro em sua em seu texto, o sujeito discursivo está longe de exercer apenas a função de “indicador de fontes”. Na verdade, suas escolhas revelam um sujeito discursivo empenhado em sua argumentação, uma vez que é o sujeito discursivo que seleciona o que a voz reportada falará e como falará, define o molde pelo qual encaixará essa voz (discurso direto, indireto), escolhe quais itens lexicais introduzirão o discurso reportado, decide em qual circunstância textual esse discurso será empregado.

Por essas razões, o discurso reportado explicitado pela categoria evidencialidade tem de ser tratado não como um processo de simples transmissão de informações de outros sujeitos, mas como um processo que encerra, por sua vez, uma reconstrução, ou seja, “um novo olhar” sobre as vozes apresentadas, as quais servem como um instrumento (veículo) de construção de significados interpessoais e argumentativos.

Referências

ARAÚJO, A. D. Práticas discursivas em conclusões de teses de doutorado. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 6, n. 3, p. 447-462 set./dez. 2006. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0603/0603.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BAKHTIN, Mikhail M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

CARIOCA, C. R. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

_____. **A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo**. 2009. 228f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CASSEB-GALVÃO, V. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que**. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

CHAFE, W. L. The flow of thought and the flow of language. In: GIVÓN, T (Ed.). **Syntax and Semantics: Discourse and Syntax**. New York: Academic Press, 1979. v.12, p.159-182.

FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: Linguistic society of Korea (Ed.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin Publishing, p.111-137, 1982.

_____. Frame and the semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**, v.6, n.2, p.222-254, 1985.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2ª ed. London: Edward Arnold, 1994.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. **Functional Discourse Grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. **Journal of Pragmatics**, n.33, p.359-367, 2001.

LEVELT, W. J. M. **Speaking**. Cambridge: MIT Press, 1989.

LUCENA, I. L. **A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da Assembleia do Ceará**. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NUYTS, J. **Aspects of a cognitive-pragmatic theory of language: on cognition, functionalism, and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992.

_____. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, v.31, p.933-969, 1993.

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, v.33, p.383-400, 2001.

SQUARTINI, M. Lexical vs. grammatical evidentiality in French and Italian. **Linguistics**, v. 46, p.917-947, 2008.

THOMPSON, G. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1996.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. **Studies in Language**, v.12, n. 1, p.51-97, 1988.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora Abril, 1978.